



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.8/2003 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2003**

Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença do vereador eleito pelo Partido Socialista, Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, que ao abrigo do artº.78 do Dec-Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei N.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro, é substituído do vereador eleito pela CDU João Manuel Rato Proença, que se encontra ausente durante o período de 19 de Março/03 a 18 de Abril/03, sob a Presidência do vereador Artur João Rebola Pombeiro, na qualidade de Vice-Presidente, em virtude do Presidente Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá se encontrar numa reunião em representação do Município.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia quinze de Abril de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **423.812,32 (quatrocentos e vinte e três mil oitocentos e doze euros e trinta e dois cêntimos)**.-----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Vice-Presidente declarou aberta a reunião e informou o restante executivo, que é ele que a vai presidir uma vez que o Presidente da Câmara

não pode estar presente por ter uma reunião na CCRA sobre a Unidade de Gestão.-----

De seguida, o Vice-Presidente apresentou uma Moção subordinada ao seguinte tema: “Mais uma vez o Governo PSD/CDS prejudica Autarquias”. O Vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, depois de a apreciar referiu que a sua opinião é favorável, mas, poderia ter mais conteúdo. Contudo espera que em oportunidades futuras, quando a CDU se dirija em iguais circunstâncias ao Governo do PSD/CDS-PP, não se venha dizer que se trata de politiquisses, e que estar a atacar o governo é estar de costas voltadas. “Não se trata de estar de costas voltadas para o governo mas sim de defender os interesses das populações”, frisou o vereador Joaquim Serra. Considera que esta Moção está correcta, e não vê nela nenhuma politiquisse, mas sim uma justa reivindicação da Câmara Municipal de Borba que, na sua opinião, todas as autarquias deviam seguir.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente que fez o seguinte comentário à intervenção do vereador Joaquim Serra: “Os eleitos do PS nunca consideraram que as reivindicações fossem politiquisses, consideram sim que são justas, e têm dado o seu contributo na aprovação de determinadas Moções apresentadas pelos eleitos da CDU, desde que elas sejam no sentido de reivindicar os direitos da autarquia”. Exemplificou o caso da última Moção apresentada pela CDU, que foi aprovada pela Câmara Municipal e foi rejeitada pela Assembleia Municipal. Contudo, se a Câmara a aprovou foi porque esteve de acordo com a mesma. Referiu o vereador Joaquim Serra que a mensagem que transmitiu é alargada ao PS, à maioria política que suporta o executivo. Contudo, agora, está a gostar de ver esta atitude do PS, e considera que isto é que é importante.-----

Depois de discutida foi a mesma colocada à votação **tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação.** Foi ainda deliberado o envio da mesma ao Governo, ANMP, Assembleias e Câmaras Municipais da Zona dos Mármore e Comunicação Social.-----

-----2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta N.º.7/2003-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Obras Municipais – “Cartório Notarial e Conservatória dos Registos Civil e Predial – Execução da Estrutura” (Proposta de Trabalhos a Mais e a Menos)-----

Ponto 2.4 – Minuta de Contrato de Urbanização para Execução das Infraestruturas do Loteamento da Horta do Rossio-----

Ponto 2.5 – Zona Especial de Protecção para o Centro Histórico de Borba--

Ponto 2.6 – Pedido de Prorrogação do Prazo para apreciação, votação e remessa ao Tribunal de Contas dos Documentos de Prestação de Contas----
Ponto 2.7 – Proposta para Criação do Conselho Municipal de Educação-----
Ponto 2.8 – Projecto de Regulamento sobre o licenciamento das actividades anteriormente cometidas aos Governos Cívicos-----
Ponto 2.9 – Proposta de Alteração aos Regulamentos de Venda de Lotes Habitacionais dos Loteamentos de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada)-----
Ponto 2.10 – Actividades da Câmara-----

Ponto 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº. 7/2003 -----

Previamente distribuída, por todo o executivo, **foi deliberado, por unanimidade aprovar a Acta Nº. 7/2003.**-----

Ponto 2.2 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do Vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

a) Pedidos de viabilidade -----

Processo: **91/03** -----

Requerente: **Manuel Inácio Mendes Martins** -----

Morada: Horta do Vale Flor - Borba -----

Local: Horta de Vale Flor - Borba -----

Objecto de Requerimento: Pedido de viabilidade para construção destinada a habitação.-----

Pretende o requerente saber da possibilidade de construir uma habitação com 87,00 m² num prédio rústico com 4500,00 m². À luz do Plano Director Municipal em plena eficácia, a parcela em causa localiza-se em Floresta de Protecção, estas áreas – integram áreas identificadas no âmbito da REN como áreas com riscos de erosão e/ou cabeceiras das linhas de água. Nas situações onde seja legalmente admissível a construção de acordo com a legislação em vigor, o índice máximo de construção aplicado a estas áreas é 0.003. Segundo o n.º1 do artigo 4º do DL 93/90 de 19 de Março, nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções que se traduzem em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal. -----

Atendendo que nas áreas de Floresta de Protecção não são permitidas novas construções, conclui-se que a pretensão não tem acolhimento no Plano

Director Municipal em eficácia, pelo que se propõe o indeferimento do pedido de viabilidade. -----

No seguimento da notificação da proposta de indeferimento da pretensão, no cumprimento do disposto no artigo 100º do Decreto Lei n.º6/96 (Código Procedimento Administrativo), o requerente entregou nos Serviços Técnicos no dia 4 de Abril do corrente ano, a contestação à proposta de indeferimento do pedido. Tomando em consideração a exposição do requente, acrescenta-se que não estão cumpridas as disposições do Plano Director Municipal em eficácia, pelo que o teor do parecer se mantém, **propondo-se o indeferimento do pedido de viabilidade. Julga-se no entanto, que o requerente deve ser informado da possibilidade de recurso dirigido ao Ministro do Ambiente, ao abrigo do artigo 7º do Decreto-lei n.º 93/90 de 19 de Março.** -----

Propõe-se ainda que se avalie a possibilidade de esta pretensão ter acolhimento na revisão do Plano Director Municipal. -----

Analizada a proposta, **foi deliberado por maioria**, com dois votos a favor e duas abstenções, **indeferir o pedido.**-----

Os vereadores eleitos pela CDU, embora concordem inteiramente com o parecer técnico, abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto: “ prática neste concelho não está a ser seguida de acordo com os pareceres técnicos, ou seja, estão perante um caso em que o munícipe seguiu os caminhos legais, e a pretensão aparece indeferida. Contudo, existem outros casos que mesmo não seguindo os caminhos legais, realizaram-se, executaram-se e, resolveu-se o problema. Recomendaram à Câmara Municipal que, para poder ter esta atitude perante os munícipes, tem que efectivamente melhorar a sua fiscalização e tratar todos por igual. A Câmara nada fez para conter os embargos que existiam, nem para conter os embargos em áreas da REN. Alguns deles têm vindo a avançar e estão quase concluídos, enquanto outros, mesmo querendo seguir os caminhos legais, não podem, porque estão delimitados no âmbito da REN. Quando a Câmara começar a ter um comportamento e uma postura no terreno igual àquela que têm os pareceres técnicos, os vereadores da CDU estão na disposição de votarem favoravelmente os pareceres técnicos e de acordo com o que lhes é proposto. Enquanto a posição no terreno for diferente da dos pareceres técnicos a CDU abstém-se porque não pretende ficar vinculada a este tipo de decisões”.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente, referindo que os eleitos da CDU estão no direito de se pronunciarem, tal como acabaram de fazer, contudo gostaria que o vereador Joaquim Serra indicasse quais são os outros casos que existem.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que não lhe compete fazer denúncias das situações, nas reuniões de Câmara, mas é certo que elas existem, e certamente o vereador Artur e os Serviços Técnicos têm

conhecimento disso. Perguntou ao vereador Artur o que foi feito a três processos de obras (que existiam na Câmara quando da tomada de posse do novo executivo) que tinham sido iniciadas, em zona da REN, e que estavam em processos de resolução para seguirem para embargo. Disse que foi pedida esta informação ao Sr. Presidente, através de requerimento, logo no início do mandato e, até hoje, nunca foi dada uma resposta. Contudo passa-se por esses sítios e as obras estão feitas. Referiu que existem também obras construídas, cujos processos foram indeferidos, no anterior mandato de acordo com os instrumentos de planeamento em vigor. Os instrumentos de planeamento não foram alterados, os técnicos são os mesmos, por isso, considera que o que poderá aqui existir é a conivência com estas situações. Na sua opinião, isto acontece porque em termos eleitorais tem vantagens, ou seja, é muito mais complicado fazer cumprir os instrumentos de planeamento, pois entra-se em choque directo com algumas pessoas. “Contudo, quando se permite que as obras avancem à revelia dos regulamentos e dos instrumentos de planeamento está a ser protegido o interesse particular em detrimento da salvaguarda do interesse público” salientou o vereador Joaquim Serra.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente referindo que vai averiguar a questão do pedido que foi feito por requerimento, ao qual não foi dada resposta. Quanto ao restante referido pelo vereador Joaquim Serra, esclareceu que todos os processos que são aprovados é com base nos pareceres técnicos.---

Esclareceu o Vereador Joaquim Serra que aquilo que afirmou foi que os processos que são submetidos a projecto cumprem os pareceres técnicos, o problema está nos que não são submetidos a parecer técnico e avançam, no dia a dia, sem passarem pelo Gabinete Técnico. Neste contexto pediu ao vereador Artur que, na próxima reunião de Câmara, lhe faculte uma relação das participações que lhe foram entregues e os respectivos despachos, para poderem clarificar melhor esta situação.-----

Referiu ainda o vereador Joaquim Serra que, como o vereador Artur deve compreender, esta é uma situação complicada para pessoas que já por aqui passaram, que já tiveram em mãos determinados processos, que tiveram que os indeferir face aos regulamentos em vigor, e agora passam por esses sítios e verificam que as obras estão construídas.-----

Relativamente à questão referida pelo vereador Joaquim Serra, (obras sem licenciamento) referiu o vereador Artur que reconhece que o vereador Serra tem razão. Exemplificou um caso concreto, que se localiza no centro da vila, na zona de salvaguarda, mais concretamente “A Muralha” sem que exista licenciamento e sem que tivessem sido consultados os Serviços Técnicos. A participação foi feita, foi feito o Auto de Embargo, e foi proposto o encerramento. Informou que a Câmara tem tentado por todos os meios evitar estas situações, mas nem sempre se tem conseguido. Agora,

aguarda-se pela entrada de mais um fiscal, no sentido de se conseguir estar mais alerta para estes casos.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que da experiência pessoal que tem sobre esta matéria, considera que já é tarde para evitar estas situações. Considera ainda que deveriam ter aproveitado o trabalho que vinha de trás. Como não aconteceu, agora, recomeçá-lo de novo é muito complicado, porque entretanto já foram permitidas situações à margem da legislação e daquilo que são os pareceres técnicos.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente referindo que esta é a opinião do vereador Joaquim Serra, e que respeita profundamente. Admite que lhe possam ter escapado algumas situações, contudo vai verificar através da relação de participações pedida pelo vereador e que lhe vai facultar na próxima reunião de Câmara. Se elas existirem, certamente foram participadas pelo Fiscal, a não ser que o vereador Serra se refira a outras situações que o fiscal não deu conta.-----

Processos RECRIA -----

Processo: **64/99** -----

Requerente: **António Serafim Calça**-----

Morada: Rua Nunes da Silva, nº2 - Borba-----

Local: Rua Visconde Gião - Borba -----

Valor Global + IVA - **22.453,14 €** -----

Comparticipação do IGAPHE – **7.918,43 €** -----

Comparticipação da CMB – **5.278,95 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **01/03** -----

Requerente: **Câmara Municipal de Borba** -----

Morada: Paços do Concelho - Borba-----

Local: Rua Dr. José de Sousa Carvalho - Borba -----

Valor Global + IVA - **8.548.05 €** -----

Comparticipação do IGAPHE – **2.872,14 €** -----

Comparticipação da CMB – **1.914,76 €** -----

Foi deliberado por unanimidade apresentar a candidatura ao Programa RECRIA e solicitar a participação do IGAPHE no valor de 2.872,14 € -----

Ponto 2.3 – OBRAS MUNICIPAIS – “CARTÓRIO NOTARIAL E CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS CIVIL E PREDIAL – EXECUÇÃO DA ESTRUTURA” – (Proposta de Trabalhos a Mais e a Menos)-----

Presente a proposta de Trabalhos a Mais e a Menos, apresentada pela firma Messias e Irmãos, Ld^a., referente à empreitada do “Cartório Notarial e Conservatória dos Registos Civil e Predial – Execução da Estrutura”.-----

Valor dos Trabalhos a Mais: 36.622,89 Euros-----

Valor dos Trabalhos a Menos: - 20.769,32 Euros-----

Diferença: 15.853,57 Euros-----

Propõe-se a aprovação dos Trabalhos a Mais no valor de: 36.622,89 Euros e dos trabalhos a Menos no valor de: 20.769,32 Euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

Depois de analisar a proposta o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, referiu que está perante a mesma situação que na reunião anterior, ou seja, é, mais uma vez é apresentada uma proposta de trabalhos a mais que já estão realizados. Como se não bastasse a proposta nem é acompanhada de uma justificação técnica, o que significa que não há informação sobre a proposta. Referiu que por acaso passou ao local da obra e sabe o que se passa. Por isso deduz, que esta proposta se relacione com a alteração dos pilares por uma laje de fundação. Se assim for, esta proposta prende-se com uma alteração de estrutura, e para ser feito da forma como lá está a Câmara deveria ter que aprovar primeiro um novo projecto de estrutura, ou as alterações à estrutura inicial, e essa informação nunca aqui foi dada. Referiu que lhe custa entender que neste caso se trate de trabalhos a mais e a menos, porque se houve uma alteração ao projecto de estrutura, então havia erros ou omissões de projecto, ou dificuldade de adaptação do projecto à obra. Neste caso, poderiam não ser trabalhos a mais e a menos, e ser trabalhos de natureza diferente resultantes da aplicação do novo projecto. Contudo esta proposta, nada disso apresenta, limita-se apenas a apresentar acertos de contas, através de um orçamento da empresa, sem que seja devidamente acompanhado de um parecer técnico que confirme que o orçamento está de acordo com os preços em vigor, ou que os trabalhos são necessários. Perguntou então “quem assume isto ?”.-----

Usou da palavra o Vice-Presidente referindo que, em relação à estrutura, foi aqui informado numa reunião de Câmara que tinha acontecido um problema que se prendia com o facto de não ter sido feita a pesquisa ao terreno e quando se deu início á obra o terreno não oferecia resistência.

Neste caso, o fiscal da obra deveria ter pesquisado o terreno antes da obra ser adjudicada. Como não o fez, e para que não ocorressem atrasos na obra, a situação mudou de figura, para que a obra, acabada de arrancar, não tivesse que parar de novo.-----

Referiu ainda o Vie-Presidente que já estava à espera que o vereador Serra viesse apontar a proposta apresentada na última reunião de Câmara. Contudo, após ter verificado as actas de 2001, verificou que na reunião de 28 de Dezembro de 2001, o anterior executivo também aprovou uma série de propostas de trabalhos a mais, cujos trabalhos não foram efectuados por este novo executivo, o que significa que também foram realizados antes da aprovação das propostas.-----

Referiu entretanto o vereador Joaquim Serra que se o vereador Artur for verificar o historial das obras encontrará, nos livros de obras ou nos autos, as informações técnicas e os despachos para as obras se executarem. Informou que, na maior parte dos casos foram decisões tomadas no decorrer das obras e eram presentes na primeira reunião de Câmara após a execução das mesmas e, quando eram mandadas executar, já se conheciam os orçamentos, tudo isto, ao invés da proposta que está, hoje, aqui presente. Informou ainda que alguns trabalhos aprovadas nessa reunião de 28/12/01, já foram executados neste mandato, nomeadamente “Infraestruturas Eléctricas do Loteamento de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco”; “Infraestruturas do Aglomerado da Parreira (ramais)”, “Infraestruturas Eléctricas do Loteamento da Nave (grande parte destes trabalhos)”. Contudo a maior falha nesta proposta, não se prende propriamente com os prazos, (estes poderão ser sempre ultrapassados) é a falta de informação atempada.-----

A proposta de Trabalhos a Mais no valor de: 36.622,89 Euros e dos trabalhos a Menos no valor de: 20.769,32 Euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, **foi colocada à votação da qual resultou dois votos a favor e dois votos contra. Tendo havido empate na votação, o Vice-Presidente usou o voto de qualidade e a proposta foi aprovada.**-----

Os vereadores eleitos pela CDU votaram contra a proposta por a mesma não estar acompanhada de uma justificação técnica da necessidade dos trabalhos; por considerarem que os mesmos envolvem uma alteração estrutural de fundo e por os preços não terem sido comparados com os preços normais do mercado, e nem sequer existir um parecer da equipa de fiscalização.-----

Ponto 2.4 – MNUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DA HORTA DO ROSSIO -----

Presente a Minuta de Contrato de Urbanização para Execução das Infraestruturas do Loteamento da Horta do Rossio, cuja aprovação se propõe. O referido contrato é celebrado entre a Câmara Municipal de Borba e a Firma Borprojecto – Construções Lda e tem por objectivo a realização das obras de Urbanização (de acordo com os trabalhos previstos no auto de medição anexo ao contrato) por parte da Câmara. Em contrapartida a Borprojecto transmitirá gratuitamente 7 lotes de terreno a favor do Município.-----

O Vice-Presidente informou que a elaboração desta minuta de contrato foi acompanhada pela Consultora Jurídica da Câmara. Existe um orçamento elaborado nos Serviços Técnicos e foi feito um levantamento de toda a situação do loteamento.-----

O vereador Joaquim Serra depois de analisar a referida minuta, e, referindo-se ao ponto **Um**, fez o seguinte reparo: quando se refere: § único: as obras de urbanização têm as seguintes fases: “1ª fase, com início após a assinatura do presente contrato, com a duração de 120 dias, abrangendo a área assinalada na planta anexa, que faz parte integrante do presente contrato”- perguntou se não é estipulado prazo para o início das obras, pois, a interpretação que faz deste parágrafo é que as obras tanto poderão começar passado um dia, passado um mês, ou até passado um ano após a assinatura do contrato. Pois embora o prazo para a duração das obras esteja estipulado (120 dias), não está estipulado o seu início. No seu entendimento deveria ficar salvaguardada a questão deste prazo. Outra questão que o vereador Joaquim Serra considera importante: “que fosse feita a revalidação do alvará por parte do titular de modo que o contrato de urbanização ficasse inscrito no alvará”. Isto porque o promotor do loteamento só poderá entregar os lotes à Câmara quando revalidar o alvará. Reportando-se ao ponto **Três**, – “a segunda outorgante obriga-se a fazer a referida transmissão a favor do Município oito dias após a emissão do novo alvará de loteamento”, o vereador Joaquim Serra referiu que também aqui não existe prazo estipulado para o promotor revalidar o alvará, e seria importante porque até mesmo os próprios projectos que a Câmara vai executar neste momento estão caducados e terão que ser reapreciados e subscritos pelos técnicos. Em suma: entende, o vereador Joaquim Serra, que a jurista deveria ser alertada para todas estas questões: prazo para início das obras (1ª fase), alvará, projectos caducados. Entende ainda que deveria ficar salvaguardado um prazo para a renovação do alvará e que este contrato de urbanização deveria ser feito com a emissão do alvará para ficar exarado no próprio alvará. O vereador Serra alertou ainda para o ponto **Seis** do contrato – “o cumprimento do presente contrato é garantido pelas cauções prestadas pelo 2º outorgante no processo de loteamento nº.2/97”. Referiu que uma das cauções é para realização de infraestruturas, e, se a realização dessas infraestruturas está a cargo da Câmara não deverá

haver nada caucionado, devendo apenas haver uma caução garantida para a electricidade.-----

Analisada e discutida a presente Minuta de Contrato foi a mesma colocada à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação. Os vereadores eleitos pela CDU recomendaram que os reparos por eles apresentadas fossem transmitidos à consultora jurídica da Câmara no sentido de ver se são ou não pertinentes.-----

Ficará cópia da Minuta anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Ponto 2.5 – ZONA ESPECIAL DE PROTECCÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO DE BORBA-----

A planta de condicionantes do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Zona Antiga de Borba, define as zonas de protecção dos imóveis classificados ou em vias de classificação. Contudo atendendo ao disposto no artigo 43º da Lei n.º 107/2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, estes imóveis devem dispor de uma *Zona Especial de Protecção*, a fixar por portaria do órgão competente da administração central.-----

Esta *Zona* abrange todos os imóveis classificados ou em vias de classificação, assim como conjuntos edificados integrados em quarteirões e ruas, na totalidade ou em parte, que pela sua composição urbana devem ter o mesmo tratamento arquitectónico, permitindo a integração no ambiente estético e formal do conjunto.-----

Analisada a proposta foi deliberado por unanimidade a aprovação desta *Zona Especial de Protecção* e o seu envio ao IPPAR.-----

Os vereadores eleitos pela CDU, consideram que esta proposta vem um pouco ao encontro daquilo que eram as propostas do GTL quando da elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico da Vila. Consideram ainda que, esta medida já deveria ter sido tomada há muito mais tempo e que, a aprovação desta Zona Especial de Protecção para o Centro Histórico de Borba não dispensa a aprovação do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Vila. Entendem que este deve ser o próximo passo e que devem ser dadas todas as prioridades neste sentido, de modo que, para além de se ter uma Zona Especial de Protecção, se tenha também um Plano de Pormenor com regulamento já bem definido e acautelado de modo que a apreciação dos processos se possa fazer de uma forma muito mais célere.-----

**Ponto 2.6 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
PARA APRECIÇÃO, VOTAÇÃO E REMESSA AO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS**-----

O software de Gestão da Câmara Municipal de Borba, foi desenvolvido pela empresa FASOFT. Porém, a avaliação do património do município, no âmbito do POCAL foi executada pela empresa SIGHT.-----

As bases de dados resultantes do levantamento feito pela SIGHT têm que ser portadas para a aplicação de gestão do imobilizado da FASOFT, pelo que, aquelas duas empresas têm, até agora, trabalhado em conjunto para permitirem a migração dos dados, o que só agora foi atingido.-----

Tal circunstância tornou impossível o cumprimento dos prazos para aprovação da conta pela Assembleia Municipal e a respectiva remessa ao Tribunal de Contas.-----

Em consequência do atrás referido a Câmara Municipal propõe:-----

1 – Requerer ao Presidente da Assembleia Municipal de Borba a marcação de uma sessão daquele órgão para o próximo mês de Maio, destinado à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas.-----

2 – Requerer ao Presidente do Tribunal de Contas a prorrogação do prazo para a remessa dos referidos documentos até 15 de Junho de 2003.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, referiu achar estranho que os eleitos em maioria nesta autarquia apresentem esta proposta. Não estranha que isto esteja a acontecer, porque conhece aquilo que se passa na maior parte das Câmaras com a implementação do POCAL, e sabe as dificuldades que estão a ser levantadas. Só estranha que, nesta altura, surja esta proposta quando sempre lhe foi dito que estava tudo bem e que não havia problemas. Está, agora, a ser surpreendido com esta proposta quando esperava pela proposta para aprovação dos documentos de prestação de contas. Referiu que os eleitos da CDU não estão contra o pedido, pois ele é legítimo, mas lamentam que não lhes tenha sido informado há mais tempo das dificuldades que existiam na Câmara, uma vez que elas existiam, tal como existem noutras autarquias.-----

Usou da palavra o vereador Humberto Ratado referindo que, tal como consta na informação distribuída pelos eleitos, foi ontem que se conseguiu

chegar a um consenso entre a comunicação de dados. Disse que estão a ser feitos todos os esforços para tentar preparar todos os documentos para aprovar ainda na Assembleia de Abril, nem que se tenha que fazer uma reunião de Câmara extraordinária. Se isto não for possível, prevalece o presente pedido quer à Assembleia, quer ao Tribunal de Contas. Ultimamente a SIGHT começou a informar que existiam dificuldades na migração dos dados, daí as duas empresas (SIGHT e FASOFT) terem que trabalhar em conjunto, tratando-se de um problema que ultrapassa a autarquia.-----

Interveio o vereador Joaquim Serra referindo que, o que disse à pouco, não foi para atribuir responsabilidades à autarquia, a única responsabilidade que atribui é a falta de informação a tempo e a horas, porque na última reunião de Câmara falou-se no assunto, e ninguém levantou problemas quando já se sabia o que se passava entre a SIGHT e FASOFT.-----

O Vice-Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação.-----

Os vereadores eleitos pela CDU sugeriram que o requerimento para o Presidente do Tribunal de Contas fosse enviado de imediato, de modo que se conseguisse uma resposta até à sessão da Assembleia Municipal o que iria legitimar muito mais a decisão deste Órgão. Por outro lado lamentaram, mais um vez, o facto de terem sido surpreendidos, nesta reunião com este pedido, uma vez que ao longo do tempo e no decorrer da elaboração da conta nunca foram alertados para as dificuldades que existiam.-----

Ponto 2.7 – PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-----

Tendo em conta o estabelecido no n.º 1, do artigo 23º, do Decreto-Lei 7/2003, de 15 Janeiro, as Câmaras Municipais devem adoptar as providências necessárias à criação e início de funcionamento dos conselhos municipais de educação no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor do presente diploma.-----

Assim, de acordo com o artº 6º do citado Diploma Legal, a Câmara Municipal, deliberou por maioria, com dois votos a favor, por parte dos eleitos do PS, e duas abstenções, por parte dos eleitos da CDU, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a criação do Conselho Municipal de Educação, que de acordo com o n.º 5 do mesmo diploma tem a seguinte composição:-----

1. Integram o Conselho Municipal de Educação:-----
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Borba, ou, nas suas ausências ou impedimentos, o Vereador Dr. Humberto Ratado, que preside;---
 - b) O Presidente da Assembleia Municipal;-----

c) O Director Regional de Educação do Alentejo, ou, nas suas ausências ou impedimentos, a Directora Regional Adjunta, Dra. Lurdes Batista. Em caso de força maior e por impossibilidade da Directora Regional Adjunta, o Director Regional de Educação será representado pela Coordenadora do Centro de Área Educativa do Alentejo Central, Dra. Fernanda Silva.-----

2. Integram ainda o Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes:-----

- a) **Professor João Carlos Chícharo Lopes**, representante do pessoal docente do ensino básico público;-----
- b) **Educadora Maria da Conceição Barriga Pires Paixão**, representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública;---
- c) **Sr^a. Licínia da Conceição F.B. Carretas e Sr. João Luis Bilro da Cruz**, representantes dos encarregados de educação;-----
- d) **Sr. Benjamim António Ferreira Espiguinha**, representante da instituição particular de solidariedade social que desenvolve actividade na área da educação;-----
- e) **Enfermeira Maria Rosa Ramalho Coelho**, representante dos serviços públicos de saúde;-----
- f) **Licenciada Rosa Maria Gaspar Campaniço**, representante dos serviços da segurança social;-----
- g) **Dr. Nelson Joaquim Gomes Gato**, representante dos serviços de emprego e formação profissional;-----
- h) **Capitão de Infantaria José António Salgado Serafim**, representante das forças de segurança;-----

3. De acordo com a especificidade das matérias a discutir no Conselho Municipal de Educação, pode este deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.-----

2.8 – PROJECTO DE REGULAMENTO SOBRE O LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES ANTERIORMENTE COMETIDAS AOS GOVERNOS CIVIS-----

Previamente distribuído por todo o executivo, está presente o projecto de Regulamento sobre o licenciamento das actividades diversas previstas no Decreto-Lei n.º.264/2002, de 25 de Novembro e no Decreto-Lei n.º.310/2002 de 18 de Dezembro, transferência para as Câmaras Municipais de competências dos Governos Civis.-----

De acordo com a alínea a) do nº.6 do artº.64º. da Lei nº.5-A/2002 de 11, de 11 de Janeiro, foi deliberado por maioria, com dois votos a favor , por parte dos eleitos do PS, e duas abstenções, por parte dos eleitos da CDU, submeter o projecto de regulamento acima referido à aprovação da Assembleia Municipal.-----

2.9 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS REGULAMENTOS DE VENDA DE LOTES HABITACIONAIS DOS LOTEAMENTOS DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA (Barro Branco), DA NAVE (Nora) E DO FORNO (Orada)-----

Presente a proposta de alteração aos regulamentos de venda de lotes habitacionais dos loteamentos de Nossa Senhora da Vitória (Barro Branco), da Nave (Nora) e do Forno (Orada). A referida alteração reporta-se ao ponto 1.5 dos três regulamentos, ficando o mesmo com o seguinte teor: “Os lotes que não forem vendidos no dia anunciado, por falta de interessados, mantêm-se permanentemente à venda pelos valores definidos, podendo candidatar-se qualquer interessado, inclusivé na situação de construção para venda”.-----

De acordo com a alínea a) do nº.6 do artº.64º. da Lei nº.5-A/2002 de 11, de 11 de Janeiro, propõe-se que a proposta de alteração aos referidos regulamentos seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal.-----

Analisada a referida proposta, o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referiu que, a prática veio mostrar que os eleitos da CDU conhecem os problemas, por isso apresentam as soluções. Os eleitos em maioria, há três meses atrás, não quiseram acolher as propostas da CDU quando, por estes, foram apresentadas as primeiras soluções. Isto só justifica quedas de eficácia, porque as propostas poderiam ser aprovadas sem que tivessem que existir estas alterações, mas para tal seria necessário que fossem aproveitadas as ideias e os conhecimentos dos que pretendem ajudar. O espírito de não aceitar as propostas da CDU quando elas são feitas, na altura, não leva a nada, isto é, mais cedo ou mais tarde têm que voltar a outras reuniões, e esta proposta, de hoje, não deixa de ser uma proposta que já havia sido apresentada pela CDU.-----

Depois de ouvir o vereador Joaquim Serra, o Vice-Presidente fez o seguinte comentário: “recordo-me perfeitamente do vereador Joaquim Serra se ter manifestado, nesse sentido, aquando da primeira proposta que foi apresentada. Também eu, depois de alguma experiência, verifiquei ser necessária esta alteração ao regulamento, tanto mais que também, na última reunião de Câmara, referi que os regulamentos deveriam ser alterados de modo que permitam a venda constante dos lotes que não se venderem nas

hastas públicas, tal como estava contemplado no anterior regulamento. Por isso, na minha opinião, nunca é tarde para se tomarem as decisões correctas. E certamente, como o vereador Serra sabe, “a fruta quando está verde tem que amadurecer”, e, aqui está a questão do amadurecimento, ou seja, “aquele que o vereador Serra ao longo dos anos foi ganhando, pois, certamente, no início também não foi diferente”.-----

Depois de analisada e discutida e de acordo com a alínea a) do nº.6 do artº.64º. da Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, foi deliberado, por unanimidade, submeter a proposta dos referidos regulamentos à aprovação da Assembleia Municipal.-----

2.10 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Anulação de Senhas por caducidade-----

Presente uma listagem de anulação de senhas por caducidade (que se anexa a esta acta) elaborada pelo serviço de Expediente/Taxas e Licenças, solicitando a respectiva anulação por caducidade.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a respectiva anulação.-----

. O Vice-Presidente solicitou um pedido de esclarecimento ao vereador Joaquim Serra sobre a seguinte questão: “A secção administrativa – serviços de taxas e licenças, informou-o que o Sr. Vitor Manuel Simões Gil não paga a dívida no valor de 331,11 Euros referentes a: construção de ramal de esgoto (domestico, industrial) no valor de 180,5 € e construção /modificação de águas (doméstico, industrial) no valor de 150,56 €, no prédio sito na Horta do Mosteiro (vermelha). Informou-o também que tal situação se deve ao facto de ter havido um acordo, entre o Sr. Gil e o ex-vereador Serra em que o Sr. Gil autorizou a instalação de uns potes camarários num terreno que é de sua pertença, tendo como contrapartida a isenção do pagamento da construção de ramais.-----

O vereador Joaquim Serra informou que esta questão, na altura, foi tratada com o Engº António Nerra Marques, que acompanhou todo este processo. Sabe que foi uma negociação muito difícil com o Sr. Gil, porque havia também a questão de uns acessos para outros montes que não lhe davam passagem, porque havia um caminho público que não estava acessível. Sugeriu então ao vereador Artur que para obter um melhor esclarecimento, o melhor será mesmo contactar o Engº. Marques, porque se houve algum acordo, na altura, foi tratado com ele. O Vice-Presidente, aceitou a sugestão do vereador Serra e referiu que vai contactar o Engº. Marques para lhe pedir mais esclarecimentos.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- Reunião com a Directora da DREA onde se falou sobre a Carta Educativa. Técnicos da DREA em conjunto com técnicos da Câmara vão realizar este trabalho. Está agendada uma reunião para a próxima terça-feira, que terá lugar na Câmara para definição da linha de trabalhos.-----
O vereador informou que durante o decorrer da reunião com a DREA colocou a questão do Pavilhão Gimnodesportivo, uma vez que continua a entrar lá água sempre que chove, e as paredes estão rachadas. Além disto existe também a questão das caldeiras que não funcionam. Existe assim, uma série de anomalias naquela construção, que foram comunicadas à DREA, através de ofício, e a sugestão que deram foi que por enquanto não se deveria intervir porque têm um processo contencioso com a SOPOL, e as responsabilidades estão com esta empresa. “Contudo se a resolução, sobretudo para o caso das caldeiras, não for rápida, a Câmara terá que contactar a DREA e chamá-los novamente à responsabilidade”, informou o vereador Humberto.-----
- Apoio na acção de limpeza da Albufeira de Borba – acção da Associação Borba Jovem.-----
- Realizou-se a “Marcha da Saúde”, no passado dia 7, cujo percurso foi Borba/Santa Bárbara e contou com a presença dos mais idosos. Trata-se de um projecto que foi lançado pela Associação de Municípios para as Câmaras que pretendessem desenvolvê-lo. A Câmara de Borba aderiu a esta iniciativa e, segundo a técnica de desporto, correu tudo bem.-----
- Estão a decorrer os últimos trabalhos preparativos para a Feira do Queijo.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas ao seu pelouro:-----

- Iniciaram-se os trabalhos na Ribeira – arranjos paisagísticos, pavimentação e substituição da conduta de água.-----
Sobre esta questão o vereador Artur pediu o seguinte

esclarecimento ao vereador Joaquim Serra, uma vez que, durante o anterior mandato, teve uma reunião com a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa: “o traçado que está assinalado é um e, segundo lhe foi transmitido pelos moradores, a Santa Casa queria outro traçado da estrada (508) para que aquela parcela de terreno não fosse dividida”. O vereador Joaquim Serra esclareceu que existe uma carta da Santa Casa da Misericórdia, que deverá estar junta ao processo, que esclarece a definição do traçado. Daquilo que se lembra o traçado encostaria o máximo possível às moradias. Informou também que, do que se lembra, em termos de candidatura o traçado da estrada foi feito de acordo com essa carta que se recebeu da Santa Casa. O vereador Artur referiu que desconhece essa carta, mas vai ver o seu conteúdo.-----

- Apoio às Festas de Santa Bárbara, nomeadamente, na montagem de mesas no recinto da Festa e cedência de alguns materiais (tubos, etc.).-----
- Apoio à Associação de Caçadores e Pescadores de Rio de Moinhos, nomeadamente, na preparação da pista para o Raid TT.-
- Continuam os trabalhos na Rua da S. Francisco, embora com algumas dificuldades devido às condições climáticas que se têm feito sentir. Vão ser instaladas as condutas de água que vão ficar nos passeios e substituir todos os ramais de água e esgotos. Uma vez que a Rua vai ter uma intervenção desta natureza, contactou-se o Eng.º Barnabé Ramalho no sentido de se instalarem os cabos eléctricos.-----
- Calçamentos na Azinhaga da Boa Vista em Rio de Moinhos, na Urbanização da Cerca e no Largo de S. Sebastião, frente à Copobor.-----
- Rio de Moinhos – foram instalados mais 4 contentores Moloks nos locais de maior necessidade, para poder descentralizar alguns contentores existentes para outros locais mais críticos. IO vereador Informou que os Munícipes com a questão dos resíduos sólidos reivindicam mais esta questão, por isso, já se adquiriram alguns contentores e é necessário adquirir mais.-----
- Está quase concluído o levantamento dos contentores que existiam sem fundo (mais ou menos 60), para que sejam substituídos os fundos e as tampas.-----
- Continuam os trabalhos nos Loteamentos da Nave, do Forno e de Nossa Senhora da Vitória, tendo em vista que no mais curto espaço de tempo fiquem concluídos.-----

Usou da palavra o Vereador Vicente Ermitão referindo que, segundo lhe

transmitiram as obras do Loteamento do Forno (Orada) estavam paradas, perguntando a que se deve esta paragem. O vereador Artur Pombeiro informou que pararam durante duas semanas, pois como é normal têm que dar andamento também a outras obras, tendo em conta as candidaturas.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra colocando as seguintes questões:-----

. Reportando-se ao loteamento do Forno (Orada), perguntou se a parte da instalação eléctrica já está a ser feita, tendo sido respondido pelo vereador Artur Pombeiro que já estão abertas as valas para colocação de telefones, e o Engº Barnabé Ramalho com a EDP estão a tratar a recepção de material e do PT.-----

. Ainda relativamente ao loteamento do Forno, perguntou se o projecto de electricidade foi feito neste mandato ou se é do mandato anterior, ao que o vereador Artur Pombeiro respondeu que não ter a certeza de quando é este projecto. Foi então que o vereador Joaquim Serra informou que o projecto de electricidade foi feito no anterior mandato. Estava feito, orçamentado, tinha Caderno de Encargos e Programa de Concurso. Existia também a candidatura que já tinha sido apresentada à CCRA faltando apenas esclarecer alguns pormenores em termos de instalação. Só não tinha sido lançado o concurso, mas ficou tudo em condições para que pudesse ser lançado e adjudicado, e foi isto que aconteceu já neste mandato. Salientou o vereador Joaquim Serra que, agora, o vereador Artur já pode informar, quer o presidente da Junta de freguesia da Orada, quer outros elementos que, ao contrário do que afirmam, efectivamente havia projecto de electricidade. Por sua vez, o vereador Artur Pombeiro salientou que não sabe quem fez esse tipo de afirmações, ele nunca as fez e, como o vereador serra reparou, nem sequer sabia se o projecto já existia. A única certeza que tinha era de que a adjudicação foi efectuada já neste mandato.-----

. perguntou se vai haver Comemorações do 25 de Abril, e se já existe programa. O vereador Humberto Ratado respondeu que vai comemorar-se o 25 de Abril. Quanto ao programa está a ser elaborado. Referiu o vereador Joaquim Serra que o programa já deveria estar em condições para que todos os eleitos o pudessem conhecer, pois faltam apenas 8 dias para as comemorações.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro referindo que, neste momento, ia alertar o vereador Humberto para a questão do 25 de Abril e da Feira do Queijo, pois também ele estranhou que o vereador não tenha feito nenhuma referência sobre o assunto nas actividades da Câmara, o que o levou a pensar que certamente se teria esquecido.-----

Interveio então o vereador Humberto Ratado referindo que, de facto, se

esqueceu de falar sobre as comemorações do 25 de Abril. Esclareceu, porém, que já tinha informado, na última reunião de Câmara que o Programa para as comemorações do 25 de Abril não ia ser muito diferente em relação ao do no transacto e, isto, está exarado em acta. Acrescentou que, este ano a feira do queijo e as comemorações do 25 de Abril acontecerem em fins-de-semana seguidos. Como tal, houve muito trabalho e, a pessoa do Gabinete de Informação que está a tratar desta questão ainda não teve tempo para fazer o cartaz/programa para o 25 de Abril. Informou que vai ser feito um cartaz/programa e vão ser impressos uns poucos para espalhar pelo concelho, que sairão segunda ou terça-feira. Para que todos os eleitos ficassem com uma ideia do que vai ser o Programa, o vereador informou o seguinte: o palco está a ser montado no Largo da Fonte das Bicas. Na noite de 24 vai haver “comes e bebes” com vinho e carne assada. Ainda nesta noite actuará o Grupo “Recordar” e haverá lançamento de fogo. No dia 25 as comemorações vão ter início com o hastear das bandeiras, e a actuação da Banda Filarmónica pelas ruas. Está previsto o cicloturismo pelas freguesias do concelho. Realizar-se-á a Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia Municipal, e durante a tarde actuará um Grupo Musical de Évora “Rodapé”. Isto é o que vai constar do cartaz/programa que vai sair e, tal como já tinha referido em reunião anterior, não vai ser muito diferente em relação ao do ano passado.-----

O vereador Joaquim Serra fez o seguinte comentário: as comemorações do 25 de Abril deveriam ser priorizadas em termos de actuação da Câmara, e considera que saindo o programa dois ou três dias antes das comemorações o efeito não é o mesmo como se o programa estivesse já na rua. Referiu que são opções de quem gere o pelouro, com as quais ele discorda.-----

Interveio o vereador Humberto Ratado dizendo que reconhece que o programa já deveria estar na rua, mas isso não foi possível. Contudo o trabalho está a ser desenvolvido, o programa é o que já acabou de informar e todos os esforços estão a ser feitos para que o mais rápido possível o cartaz/programa esteja pronto.-----

Outra questão colocada pelo vereador Joaquim Serra: perguntou se vai haver feira da Pascoela, tendo o vereador Artur Pombeiro respondido que haverá feira se as condições climatéricas o permitirem, pois, como todos se devem lembrar, o ano passado não houve feira devido ao mau tempo que houve nesse dia.-----

Perguntou ainda se vai haver divertimentos durante a feira, e onde ficam instalados, pois no sitio habitual, está a ser instalado o palco para as comemorações do 25 de Abril. O vereador Artur Pombeiro informou que o único divertimento que vai haver é o carrocel infantil, por isso há espaço suficiente para que o carrocel funcione naquele espaço.-----

Na opinião do vereador Joaquim Serra retirar o palco para as Comemorações para o 25 de Abril, do largo da Câmara não foi uma boa ideia, pois o Poder Local é uma das grandes conquistas de Abril, apesar de estar muito mutilado e de haver muitos atentados ao Poder Local é ainda uma das conquistas de Abril que mais se mantém. Não estando o palco no largo da Câmara, deveria ser colocada uma faixa no edifício, de modo que aquilo que é a democracia do povo esteja representada nestas comemorações. Por isso, não sendo a melhor solução a que a Câmara adoptou, recomenda que pelo menos o edifício mereça um tratamento adequado.-----

Intervio o vereador Humberto Ratado, referindo que concorda com a opinião do vereador Serra quando se refere à força que é dada ao 25 de Abril. Considera que o 25 de Abril é comemorado por tudo quanto é sítio e as pessoas não o vão esquecer, como eles também não vão. Quanto ao local, onde o palco está a ser instalado, foi a pensar não só numa questão de estética, por o palco ser muito grande (uma vez que ao esconder a fachada do edifício também não dignifica o próprio edifício, durante o período em que está instalado), mas também numa maximização de recursos, tendo em conta que está programado para dia 22 de Maio a realização de um Encontro de Escultura. Para este Encontro foi pedida uma cobertura naquele local, e para que não se tenha que estar a mudar o palco, pensou-se na instalação do mesmo naquele local.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro referindo que já tinha comentado com o vereador Humberto que, sempre se habituou a ver o palco frente ao edifício da Câmara e este é o local que também ele considera mais adequado. Contudo o que menos lhe agrada, neste caso, é o facto do palco ser demasiado alto e esconder parte do edifício da Câmara, escondendo quase na totalidade a parte onde é colocada a faixa que simboliza as comemorações do 25 de Abril. Por isso, na sua opinião, é necessário arranjar um palco com menor dimensão, com uma cobertura mais baixa de modo que em situações futuras se possa instalar frente ao largo da Câmara, porque foi este o local que ele sempre defendeu para a sua instalação.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Vice-Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual se lavrou a presente acta composta por vinte páginas que vai ser assinada pelo Vice-Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista, que a redigi.-----